



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA

JURISPRUDÊNCIA

 PESQUISA

## #1 - Modificação de Guarda. Unilateral ao Pai. Melhor Interesse do Menor.

Data de publicação: 15/07/2025

Tribunal: TJ-MS

Relator: Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

**Chamada**

(...) “Havendo relevantes indícios de que o adolescente, que conta 16 anos de idade, reside com o pai e os avós paternos e manifesta preferência em estudar em instituição privada de ensino bilíngue, inexistindo, ainda, justificativa idônea para a transferência unilateral promovida pela genitora para escola pública.” (...)

**Ementa na Íntegra**

AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA – PEDIDO DE MATRÍCULA EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR BILÍNGUE – NOTÍCIA DE QUE O ADOLESCENTE RESIDE COM O GENITOR, ORA AGRAVANTE, E AVÓS PATERNOS – TRANSFERÊNCIA UNILATERAL EFETIVADA PELA GENITORA PARA ESCOLA PÚBLICA – AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PARA TANTO – CONTINUIDADE DOS ESTUDOS EM ESCOLA PARTICULAR QUE SERIA DE PREFERÊNCIA DO MENOR – PRESERVAÇÃO DO MELHOR INTERESSE – CONCESSÃO DA GUARDA UNILATERAL DO MENOR AO PAI – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA TANTO – NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJ-MS - Agravo de Instrumento: 14027649020258120000 Campo Grande, Relator.: Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, Data de Julgamento: 21/04/2025, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/04/2025)

**Jurisprudência na Íntegra**

# Inteiro Teor

Relator - Exmo. Sr. Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Agravante: R. L. E.

Advogada: Diva Carla Câmara Martins Morente Bueno Nogueira (OAB: 18934/MS).

Agravada: E. T. da C.

Advogado: Marlon Nunes da Rocha (OAB: 10022/MS).

EMENTA - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA - PEDIDO DE MATRÍCULA EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR BILÍNGUE - NOTÍCIA DE QUE O ADOLESCENTE RESIDE COM O GENITOR, ORA AGRAVANTE, E AVÓS PTERNOS - TRANSFERÊNCIA UNILATERAL EFETIVADA PELA GENITORA PARA ESCOLA PÚBLICA - AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL PARA TANTO - CONTINUIDADE DOS ESTUDOS EM ESCOLA PARTICULAR QUE SERIA DE PREFERÊNCIA DO MENOR - PRESERVAÇÃO DO MELHOR INTERESSE - CONCESSÃO DA GUARDA UNILATERAL DO MENOR AO PAI - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA TANTO - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

I - A prevalência do melhor interesse do menor deve orientar a concessão de tutela de urgência de natureza antecipada que assegure sua estabilidade emocional, social e educacional. Havendo relevantes indícios de que o adolescente, que conta 16 (dezesesseis) anos de idade, reside com o pai e os avós paternos e manifesta preferência em estudar em instituição privada de ensino bilíngue, inexistindo, ainda, justificativa idônea para a transferência unilateral promovida pela genitora para escola pública, impõe-se o deferimento da medida para viabilizar a matrícula no colégio escolhido pelo genitor.

II - A concessão da guarda unilateral do menor ao pai não encontra espaço no presente momento, porquanto a matéria sequer foi aprofundada no presente agravo de instrumento, dependendo de dilação probatória a ser realizada na fase instrutória da ação originária.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM, em sessão permanente e virtual, os (as) magistrados (as) da 4a Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, na conformidade da ata de julgamentos, a seguinte decisão: Por unanimidade, deram parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 21 de abril de 2025

Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva  
Relator

## RELATÓRIO

R. L. E. agrava do pronunciamento judicial (f. 25) proferido na ação de modificação de guarda unilateral (processo n. 0800617-05. 2024.8.12.0800) ajuizada contra E. T. da C., em curso na 4a vara de família e sucessões desta Capital.

As partes são genitores de M. T. L. E. e, em ação anteriormente ajuizada (2013), a guarda do menor foi fixada unilateralmente em favor da ré, estabelecendo-se o pagamento de 40% (quarenta por cento) do salário-mínimo a título de alimentos a ser feito pelo pai.

Contudo, afirma o autor que atualmente o adolescente transita entre os lares do avô e do pai, estabelecendo-se como referência a residência avoenga, responsabilizando-se ambos pelos cuidados e sustento do menor desde 2020.

Com a ação originária, visa o autor que lhe seja concedida a guarda unilateral do filho comum, porquanto se trataria de situação fática já consolidada há mais de 03 (três) anos.

O juízo, porém, em julho de 2024, indeferiu o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada.

No entanto, em janeiro de 2025 o autor apresentou pedido de autorização judicial para realização da matrícula do menor na instituição de ensino bilíngue Colégio CECAMP, por considerar a alternativa a mais adequada para seu desenvolvimento. Destaca que a genitora teria matriculado o filho, que sempre estudou em escolas particulares, em escola pública sem autorização do pai.

O juízo, então, após manifestação do Parquet, entendeu por bem, antes da análise do pedido, realizar a oitiva prévia da ré para que esclareça se de fato realizou a transferência do menor para instituição de ensino da rede pública e justifique eventual negativa para o acolhimento da pretensão do autor de matriculá-lo em escola bilíngue particular.

Afirma o recorrente que o menor, que antes estudava em escola particular, expressou o desejo de estudar em escola bilíngue, com o que anuiu o genitor. Porém, a instituição de ensino escolhida se recusou a realizar a matrícula sem a apresentação do comprovante de matrícula em escola anterior, situação esta que impediu que a transferência fosse levada a efeito.

Compreende o agravante que a permanência do filho em escola estadual irá lhe ocasionar prejuízo acadêmico, social e emocional, em especial por terem as aulas se iniciado em 10 de fevereiro de 2025 no Colégio CECAMP, não sendo viável aguardar, em seu sentir, a manifestação da genitora, que sequer conta com advogado constituído nos autos originários.

Defende que a ausência de decisão sobre a autorização da matrícula ignora os melhores interesses do menor, que sempre estudou em escola particular e agora se vê compelido a frequentar um ambiente diferente, sem qualquer justificativa razoável, salientando que o adolescente se recusa a estudar nessa instituição, qual seja, Escola Estadual Amando de Oliveira (f. 11)

Argumenta que a ré tão somente exerce a guarda de direito do menor, residindo o adolescente com os avós, em alternância com o pai, há mais de 04 (quatro) anos, não mais lhe competindo a tomada de decisões, já que os cuidados manutenção da guarda do filho é a percepção da pensão alimentícia destinada ao menor.

Assevera que a solicitação do agravante atende ao melhor interesse do menor, bem como que o genitor, com auxílio do avô paterno, são capazes de arcar com os custos inerentes a escola particular.

Compreende existente o perigo na demora, ao argumento de que manter o menor matriculado em escola pública compromete sua formação acadêmica e futuro educacional.

Requer concessão de tutela antecipada recursal, para que seja autorizada a imediata transferência do menor para a escola bilíngue indicada nos autos, assim como seja concedida a guarda provisória unilateral ao agravante, com posterior provimento do recurso e confirmação das providências.

Instruiu o feito com os documentos de f. 17-32.

Às f. 36-38 o recurso foi recebido no efeito devolutivo; contraminuta às f. 42-46; parecer da Procuradoria-Geral de Justiça pelo provimento do recurso (f. 61-67).

## VOTO

O art. 300, caput, do CPC, estabelece que "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo".

Veja-se a lição de Daniel Amorim Assumpção Neves 2 sobre a probabilidade do direito, imprescindível para a concessão de tutela provisória:

A concessão de tutela provisória é fundada em juízo de probabilidade, ou seja, não há certeza da existência do direito da parte, mas uma aparência de que esse direito exista. É consequência natural da cognição sumária realizada pelo juiz na concessão dessa espécie de tutela. Se ainda não teve acesso a todos os elementos de convicção, sua decisão não será fundada na certeza, mas na mera aparência - ou probabilidade - de o direito existir.

Para a concessão da tutela provisória antecipada, o juízo deve estar convencido da probabilidade e não da certeza do direito da parte, cujos efeitos definitivos pretende obter com a concessão da antecipação.

Já o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo é definido pelo doutrinador 3 acima referido como:

(...) a impossibilidade de espera da concessão da tutela definitiva sob pena de grave prejuízo ao direito a ser tutelado e de tornar-se o resultado final inútil em razão do tempo. (...)

(2 Manual de direito processual civil, 8. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 411. 3 Ob. cit., p. 431.)

Os requisitos acima, in casu, estão preenchidos.

Conforme delineado nos autos, o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada formulado pelo agravante foi indeferido de forma implícita pelo juízo a quo, que postergou a análise da questão sob o argumento de que seria necessário aguardar a manifestação da genitora quanto à matrícula do menor em escola pública. Essa decisão, contudo, não observa a urgência da situação concreta, especialmente diante do início do ano letivo e da inércia da genitora em justificar a alteração do ambiente escolar do menor.

O adolescente, de 16 (dezesesseis) anos, está em idade e condição de manifestar suas preferências com razoável discernimento. Sua vontade, conforme noticiado pelo genitor agravante em sua minuta recursal, é no sentido de cursar os estudos na instituição privada escolhida pelo pai, com quem reside (há

fortes indícios nesse sentido), conforme alegado e não impugnado especificamente na contraminuta.

O contexto fático evidencia a impossibilidade de matrícula sem a regularização escolar prévia, situação esta não resolvida administrativamente por ausência de cooperação da genitora, que sequer apresentou justificativas objetivas para a mudança de escola.

A agravada, em sua contraminuta, não refuta concretamente a alegação de guarda de fato exercida pelo agravante e seus pais, tampouco explica a transferência unilateral para instituição de ensino pública, quando a família paterna tem plenas condições de manter o menor em escola particular. Em sua resposta ressalta apenas sua boa conduta pessoal e a proximidade geográfica da nova escola pública com a residência dos supostos guardiões, aspectos estes que não se sobrepõem à realidade vivenciada pelo menor e ao seu melhor interesse.

No ponto, é preciso destacar o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, que pontua que a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada se coaduna com os preceitos da proteção integral e da preservação da estabilidade do menor. Nas palavras do Parquet, a guarda formal não mais reflete a realidade, sendo necessário adequar a tutela provisória à situação de fato.

Além disso, a negativa de análise urgente do pedido liminar acarreta prejuízo concreto e imediato ao menor, impedido de frequentar a escola particular, com aulas já iniciadas, em razão da ausência de documentação escolar que depende de entrega pela genitora.

Portanto, preenchidos os requisitos do art. 300, CPC - probabilidade do direito e perigo de dano -, impõe-se o provimento do agravo de instrumento, viabilizando que o menor seja matriculado na instituição de ensino particular eleita pelo genitor, sendo a medida de urgência a única apta a evitar maiores prejuízos à sua formação educacional e emocional.

No que diz respeito à concessão da guarda unilateral do adolescente ao genitor, não houve aprofundamento da matéria pelo agravante nesta oportunidade, o que implica dizer que tal providência depende de dilação probatória, a ser realizada na fase instrutória da ação originária.

Posto isso, conheço do recurso e, com o parecer, dou-lhe parcial provimento, para autorizar a imediata matrícula do menor na instituição de ensino particular indicada pelo agravante e determinar à genitora que forneça os documentos

## DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi a seguinte:

**POR UNANIMIDADE, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.**

Presidência da Exma. Sra. Desa. Elisabeth Rosa Baisch  
Relator, o Exmo. Sr. Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva

Tomaram parte no julgamento os (as) Exmos (as). Srs (as). Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva, Juiz Wagner Mansur Saad e Desa Elisabeth Rosa Baisch.

Campo Grande, 21 de abril de 2025.